



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DEZASSEIS DE JANEIRO

Ata nº 2/2026

No dia dezasseis do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis teve lugar a 2ª Sessão Extraordinária de 2026, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações da Presidente da Assembleia

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra

Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal as Uniões e Juntas de Freguesia

Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA)

Mapa de Pessoal para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra.

2. Orçamento e Grandes Opções do plano para 2026 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Mapa de Pessoal para o ano de 2026

3. Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades –colocação de coberturas na EB Rainha Santa Isabel

4. Plano Municipal Para Integração de Migrantes

5. Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização dos edifício-sede e instalações desportivas da Casa do Pessoal do Centro Hospitalar de Coimbra

6. Ata nº 5/2025, de 22 de dezembro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram nesta sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos:

Maria Manuel de Lemos Leitão Marques; Jorge Manuel dos Santos Conde; Luís Filipe Gonçalves da Silva; Rosa Isabel da Cruz; José Ricardo Miranda Dias; João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho; Carla Andrea dos Reis Violante; Alexandre Dias Carreiro Santos Serra; José Carlos Santos de Almeida Clemente; Rogério Duarte Costa; Ricardo Pedro da Silva Oliveira; Armando Manuel Sousa

Eleitos por inerência:

Luís Miguel Ferreira Lemos; Fernando Jorge Lopes de Almeida; Valter José Amaro dos Santos; Fernanda Maria Cardoso Ribeiro Antunes; Nuno Alexandre Dinis Martins de Carvalho; Rui Manuel Ferreira Marcelino Santos Costa; João António Sousa Pimenta; Laura Maria de Jesus Fonseca; João Paulo Silvestre Paulino; Horácio Valdemar Rodrigues Costa.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)

Eleitos diretos:

Ana Lúcia Fernandes Oliveira Pereira; Ricardo Miguel Freire Lopes; Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves; Francisco Miguel Malveiro Sobral Ventura Rodrigues; Maria da Graça Marques Oliveira; Carlos Almeida Figueiredo.

Eleitos por Inerência:

José Francisco Pereira Rodeiro; Luís Miguel Lopes Correia; António Cândido da Silva Mendes Malva; António Lopes Fernandes Teodoro; Ana Mafalda Fagulha.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos:

Paula Ferreira da Silva; Hugo Schonenberger de Oliveira

Eleito por Inerência:

Bertília Isidora Cabeças da Silva Simão

Grupo Municipal do Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos:

Lúcia Maria Loureiro Santos Ferraz; Rui Filipe Dias Rodrigues;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal do CHEGA (CH):

Eleitos diretos:

Paulo Jorge Rodrigues Nogueira Seco; João Carlos Martins Pedrosa; Álvaro Cadima.

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos:

Manuel Vaz Pires da Rocha; Luís Manuel Lobo.

Grupo Municipal do LIVRE (L)

Eleitos diretos:

Bruno Alexandre Silva Pedrosa; Graça Maria Jegundo Simões

Grupo Municipal do Pessoas Animais e Natureza (PAN):

Eleitos diretos:

João Pedro Dias Fontes da Costa; Anabela Marisa Azul.

Deputada Municipal do Bloco de Esquerda (BE):

Maria João Marques Paixão

Deputado Municipal da Iniciativa Liberal (IL):

Ana Catarina Graveto

Deputado Municipal do Partido Popular Monárquico (PPM):

António Manuel Cabral de Oliveira

Presenças da Câmara Municipal:

Além da Senhora Presidente da Câmara, Dra. Ana Abrunhosa, estiveram presentes os Vereadores, Miguel Antunes, Maria Margarida Silva; Luís Manuel Filipe; José Manuel Silva; Ana Bastos; João Francisco Campos e Celso Ferreira.

Mesa:

Presidiu à sessão a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Maria Manuel Leitão Marques, que foi secretariada por Graça Simões como Primeira Secretária, e João Paulino, como Segundo Secretário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

Todas as substituições foram efetuadas nos termos do nº 1, artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, bem como nos termos do nº 1 do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal.

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

O Deputado Municipal **Paulo Roberto da Silva Santos** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Ricardo Pedro da Silva Oliveira**.

A Deputada Municipal **Marta Isabel Cordeiro Ferro** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Armando Manuel Sousa**.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD)

O Deputado Municipal **Carlos Rogério Antunes Pinto** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ana Mafalda Fagulha**

O Deputado Municipal **Luís Miguel dos Santos Isabel Neves da Costa** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Carlos Almeida Figueiredo**.

Grupo Municipal do Partido Nós Cidadãos (NC):

A Deputada Municipal **Lara Oliveira Roque Figueiredo Martins** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Rui Filipe Dias Rodrigues**.

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU):

O Deputado Municipal **João Pinto Ângelo** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado **Luís Manuel Lobo**.

Grupo Municipal DO CHEGA (CH):

A Deputada Municipal **Ana Patricia Martins** apresentou pedido de suspensão de mandato para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado **Álvaro Cadima**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

I-ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações da Presidente da Assembleia Municipal

Constatou a existência de Quórum e, face à inexistência de objeções, declarou a aprovação da Ordem de Trabalhos.

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra

Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal as Uniões e Juntas de Freguesia

Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA)

Mapa de Pessoal para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra

2. Orçamento e Grandes Opções do plano para 2026 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Mapa de Pessoal para o ano de 2026

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal

Referiu que iria fazer apenas uma breve explicação dos dois primeiros pontos da ordem de trabalhos e delegaria depois no Vereador Luis Filipe uma apresentação mais detalhada sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026.

Referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 são o primeiro documento de gestão estratégica deste Executivo para o mandato 2025/2029.

Referiu que o orçamento totaliza 260.1 milhões de euros a responsabilidade de dar continuidade a trabalhos, a compromissos e a contratos, muitos deles plurianuais pelo que, este Executivo terá de dar seguimento.

Informou que são projetos em execução com uma forte dependência de financiamento externo, nomeadamente, do PRR do Portugal, 2030 e de outros programas europeus.

Disse que este orçamento não é o desejável, mas começa já a desenhar o rumo estratégico que se quer para Coimbra, que é importante saldar as dívidas que são decorrentes da atividade do município, pois, apesar de se registar um aumento da receita, fruto do trabalho do anterior executivo, este aumento não permite investimento por ser consumido pela despesa corrente.

Referiu que o atual executivo quer afirmar Coimbra a nível nacional e internacional e, por isso, aposta na excelência dos vários setores de atuação municipal e, sobretudo, na qualidade de vida dos cidadãos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Afirmou que o Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra é um Orçamento em o que manda é a despesa corrente e o objetivo é procurar trabalhar para o aumento da receita.

Informou que em 2026 é preciso fazer um esforço para obter novas fontes de financiamento que vão alimentar investimentos que é o que vai de encontro aos objetivos deste executivo.

Intervenção do Senhor Vereador Luís Filipe

Referiu que o Orçamento, tem de ser trabalhado, por haver mais despesa do que receita e que esse ajuste foi a missão inicial deste Executivo.

Referiu também que há um diferencial inicial de mais ou menos 138 milhões de euros que era no fundo aquilo que permitia resolver grande parte dos problemas da cidade.

Mencionou que o documento foi construído em parceria com os serviços, com os vários Departamentos, com os Grupos da Assembleia Municipal, com os Deputados não inscritos e com as Juntas de Freguesia, com quem fizeram várias reuniões. Sobre estas reuniões refere que foram momentos saudáveis e agradeceu a presença de todos.

Referiu que o Orçamento, resulta de uma serie de compromissos anteriores (99%) ou seja, dado ao volume de projetos e compromissos existentes nomeadamente a Quinta das Bicas que é um projeto de grande dimensão e de grande incerteza também, porque em 2026 é o final do PRR e se o financiamento e as obras não estiverem prontas não há dinheiro para as terminar e, por isso, perante esta incerteza é necessário precaver o momento seguinte, ou seja, irão iniciar a contração de um empréstimo de modo a desenvolver um plano B para, caso de algo corra mal em termos de execução orçamental, em particular no que diz respeito ao PRR.

Referiu que a Escola Eugénio de Castro existe uma grande diferença entre o investimento e o financiamento que neste momento está disponível pelo que, se não correr bem, terão de recorrer a um financiamento.

Afirmou que a marca deste executivo já está presente nas primeiras páginas do documento, ou seja, fazem um cruzamento entre aquilo que é a ambição enquanto coligação e as três linhas mestre que são apoiar os cidadãos e as famílias, atrair investimento, criar emprego qualificado e melhorar a qualidade de vida.

Referiu também, que há um total de receita de 260 milhões e um total de despesa de 260 milhões e que é o maior orçamento que a Câmara de Coimbra aprovou, cerca de 10 milhões de Euros superior ao ano passado. Em termos de receita corrente 178 milhões e de capital 81 milhões, despesa corrente de 155 milhões e a despesa de capital de 104 milhões de euros, pelo que existe mais receita corrente do que despesa.

Relativamente às receitas previstas para 2026 provêm de três componentes principais: Impostos diretos (IMI, IMT, IRS), derrama e transferências correntes.

Relativamente às despesas as principais rubricas são, despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e transferências correntes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Ramalhete (PS)

Referiu que este ano é decisivo para Coimbra e que o Orçamento anual é um documento que obriga à reflexão de como se quer governar daqui para a frente. É um orçamento marcado por incertezas, mas é, acima de tudo, um orçamento que começa a introduzir uma mudança de atitude na forma de gerir o Município. Não é uma rotura súbita, mas o início de uma transformação necessária.

Referiu que os anteriores executivos aumentaram a despesa e nenhum conseguiu inverter este ciclo. Apesar de a Câmara de Coimbra ter um orçamento de 260 milhões de euros, não tem capacidade para executar uma obra de 3 ou 4 milhões de euros sem entrar em dificuldades e isso diz tudo sobre o problema estrutural que se enfrenta.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Rodrigues (PSD)

Referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 levantam sérias reservas ao Grupo Municipal do PSD. Não apenas pelos números, mas, sobretudo, pelas opções políticas. Como é o caso da PRODESO (que assegurava a formação aos trabalhadores e juntas de freguesia), onde a redução do apoio municipal é particularmente expressiva, de 330.000€ em 2025 para 150.000€ em 2026 uma diminuição de cerca de 55%, em particular, o apoio ao funcionamento sofre um corte de 73,7 % o que indica claramente que o contrato programa não será reconduzido nos moldes que tinham sido sinalizados aos serviços, nomeadamente, no valor de 210.000 €.

Relativamente ao Plano Social, disse que as opções são igualmente preocupantes. O Fundo Municipal de Emergência Social sofre uma redução de 320.000 € para 288.000 €, menos 10% de apoio a famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade e fragilidade económica.

Relativamente ao Regulamento Municipal de Apoio à Ação, o apoio global às instituições sociais diminui 44%, verificaram-se cortes de 40% nos programas e projetos sociais 55% nas obras de construção e conservação e 36% na aquisição de equipamentos. Estas instituições desempenham um papel absolutamente central na proximidade às populações mais vulneráveis, e em muitos casos, substituem o próprio Estado.

Acrescentou ainda que este Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 refletem prioridades políticas com as quais o PSD não concorda: menos investimento na formação, menor capacidade na resposta social e um enfraquecimento claro do apoio às Instituições.

Intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos (NC)

Referiu que, a visão estratégica apresentada é ambiciosa, bem formulada e em muitos aspetos é consensual: apoiar famílias, atrair investimento, criar emprego qualificado, qualificar o espaço público apostar na mobilidade sustentável reforçar a coesão social e afirmar Coimbra no plano nacional e internacional. No entanto, na concretização orçamental surgem desalinhamentos que não se podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ignorar, nomeadamente num contexto de crescimento das receitas, mais 20 milhões de euros de receita proveniente de impostos diretos comparativamente ao início do anterior mandato, um aumento também das transferências do orçamento do Estado e uma maior capacidade de endividamento. Portanto seria expectável que as áreas estruturantes para o futuro da cidade estivessem claramente priorizadas e isso nem sempre acontece.

Mencionou, ainda, que a ausência de métricas claras, quantificáveis e indicadores de avaliação em várias áreas estratégicas, num plano que não define objetivos mensuráveis, torna-se difícil escrutinar e acompanhar. A política pública exige compromissos verificáveis e também capacidade de avaliação.

Relativamente aos SMUTUC, refere que o problema é ainda mais sensível, porque se trata de um serviço público essencial com impacto direto no quotidiano das pessoas e na coesão territorial.

Disse que o documento apresentado serve meramente para cumprir uma obrigação legal e não apresenta uma visão estratégica clara para os SMTUC, não define metas operacionais e não estabelece um plano consistente de renovação da frota e melhoria do serviço. Prevê, por isso, que se agravem as dificuldades de acesso ao transporte público, penalizando sobretudo quem menos alternativas tem.

Declarou não querer prejudicar a governação da cidade nem dos SMUTC e por isso, em ambos os casos vão abster-se na votação.

Intervenção do Deputado Municipal Hugo Oliveira (CDS-PP)

Referiu que se está perante um Orçamento estruturado com uma aposta no investimento de cerca de 37% da despesa total, contudo, o orçamento não se avalia apenas pela dimensão ou pela sua engenharia financeira, avalia-se pelas prioridades humanas, pelo princípio da subsidiariedade e pela responsabilidade intergeracional e pela capacidade efetiva de execução. O orçamento é ambicioso, com um volume de investimento próximo dos 100 milhões de euros que pressupõe uma capacidade de execução elevada que Coimbra nem sempre conseguiu demonstrar de forma consistente, do ponto de vista financeiro. A isto acresce preocupação quanto ao desinvestimento na área do desenvolvimento económico com uma redução superior a 50%, o que enfraquece a aposta na criação de riqueza, no emprego e sustentabilidade futura.

Afirmou que o CDS vai abster-se por exigência política e por acreditar que governar bem é servir as pessoas hoje sem comprometer o futuro.

Relativamente aos SMUTUC, disse que é um serviço público essencial para a mobilidade, a coesão social e a igualdade de oportunidade em Coimbra. Reconheceu o esforço de investimento previsto em particular na renovação da frota com recurso a financiamento europeu, mas o próprio documento revela fragilidades estruturais, nomeadamente, na redução da receita corrente por força da dependência das transferências e cobertura insuficiente às necessidades operacionais ao longo do ano, por isso e por coerência o Grupo Municipal do CDS vai abster-se.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Paulo Seco (CH)

Criticou a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026, disse que os documentos, embora cumpram as formalidades legais, revelam uma gestão preocupante, marcada por desequilíbrios financeiros, dependência excessiva de fundos externos e cortes nos recursos humanos, comprometendo o bom funcionamento da Câmara Municipal de Coimbra.

Referiu que, com o valor de 260 milhões de euros, se observa um desequilíbrio nas contas efetivas gerando um déficit de cerca de 700.000 €. Este saldo negativo reflete uma incapacidade de gerar receitas próprias suficientes e uma dependência alarmante de fundos europeus como o PRR e o PT2030, que representam uma fonte incerta e volátil.

Em relação ao Mapa de Pessoal refere que a redução global de 63 postos de trabalho face a 2025 não é só alarmante, mas contraproducente. Departamentos nucleares apresentam cortes significativos o que resulta numa sobrecarga dos trabalhadores, diminuição da qualidade de serviços públicos e atrasos em áreas críticas como o planeamento territorial e manutenção urbana.

Finalizou, afirmando, que votariam contra porque os documentos priorizam uma contenção aparente e de curto prazo sob um planeamento estratégico e sustentável, agravando problemas como endividamento e dependência externa.

Intervenção do Deputado Municipal João Costa (PAN)

Referiu que o Orçamento é apresentado num momento muito particular da vida política da cidade porque o Executivo tomou posse já com o ciclo orçamental em andamento, com compromissos herdados e com um tempo limitado para imprimir a sua marca. Por isso, é natural que este orçamento tenha uma forte componente de continuidade.

Sublinhou que, apesar de se estar perante um orçamento “resignado”, percebe-se que o Executivo não se deixou aprisionar pelas opções anteriores e procurou, dentro das margens possíveis, abrir espaço ao programa político que apresentou à cidade, um programa que partilha prioridades com o PAN e que resulta de opções programáticas conjuntas.

Reconheceu que o tempo foi curto para uma transformação profunda, mas que se vêem sinais de orientação estratégica no ambiente, mobilidade sustentável, bem-estar animal, cultura e inclusão. Reconheceu, também, que há avanços importantes como o investimento no Bosco dos Loios, cerca de 1,13 milhões de euros e a renaturalização das margens do Mondego, ainda com dotações modestas, pelo que, aguardam que estes projetos tenham calendários, objetivos ecológicos e garantias de execução.

Referiu que há um avanço concreto e significativo, com um sinal claro de compromisso de 520.000 € para a reabilitação e ampliação do canil gatil municipal. Deverá ser centro de recolha oficial de animais e que no futuro, por ambição de todos, deverá ser um centro de bem-estar animal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Relativamente aos SMTUC, referiu que se verifica maior risco estrutural, revelando duas realidades simultâneas: uma ambição positiva com a aquisição de 30 autocarros elétricos e carregadores financiados pelo PRR e um risco operacional sério com um déficit de cerca de 3,9 milhões de euros em bens e serviços essenciais.

Por fim, referiu que o PAN votará com sentido construtivo, com esperança e com exigência e que irá contribuir para que Coimbra avance com justiça social, ambição climática e respeito por todos os seres vivos.

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Referiu que a proposta de orçamento e GOP para 2026 é, em grande medida, uma proposta de continuidade e, por isso, não reflete a ambição que Coimbra precisa e que foi amplamente mandatada pelo eleitorado quando escolheu, uma mudança política. Contudo há aspetos positivos nas áreas da educação, da saúde, da cultura e do desporto.

Referiu ainda, que é impossível ignorar a insuficiente falta de ambição na área social e ambiental. Coimbra tem problemas sociais sérios, há falta de habitação, falta fazer a transição ecológica, faltam medidas concretas para a melhoria da mobilidade ciclável e pedonal, para o combate à pobreza energética e falta ação na reabilitação urbana uma vez que o edificado devoluto e degradado não só empobrece a cidade como apresenta riscos reais.

Almejou que seja entregue às freguesias 10% do orçamento municipal com capacidade real de execução, por exemplo, para os trabalhos de gestão das faixas de contenção de incêndio; a aquisição de terrenos para creches e habitação acessível, é essencial para fixar jovens e famílias; dotações para obras coercivas em imóveis devolutos e deteriorados que permitam alojar quem precisa e, assim, devolver vida aos bairros; a renaturalização das margens do Mondego e dos cursos de água; e uma intervenção social profunda junto dos cidadãos mais pobres.

Relativamente ao Orçamento dos SMTUC para 2026, sublinhou que consideram decisivo que os SMTUC, dispõem finalmente de um Conselho de Administração a tempo inteiro. Um avanço estrutural, que espera ver resultados em breve, a reformulação da rede, o aumento da fiabilidade e a concretização de novas linhas como a que servirá o Polo II.

Afirmou que o equilíbrio das contas municipais e a folga orçamental devem ser usados, em parte, para fazer investimento nos transportes públicos como o Metrobus e que a intermodalidade, um requisito essencial para reduzir o uso do automóvel.

Finalizou, referindo que o Livre considera essencial avançar para uma solução de passes intermodais com custos reduzidos que beneficie idosos, estudantes, trabalhadores do Município e bombeiros voluntários, que hoje não são abrangidos pelos apoios nacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU)

Mencionou que, Assembleia Municipal não pode nem deve desvalorizar a sua natureza de tribuna e considera que há que encontrar uma solução política para garantir às diferentes forças um tempo mínimo para a exposição de ideias. Pois, na sua opinião, o mecanismo de proporcionalidade não é razão suficiente para reduzir o debate democrático.

Referiu que não ignora que uma gestão municipal em início de mandato está naturalmente condicionada financeira e politicamente por opções anteriores. Atualmente, em fase de concretização, por isso, compreende a dificuldade do Executivo em integrar nestas GOP linhas de rumo capazes de transformação anunciada e sufragada pelos eleitores relativamente às propostas apresentadas no âmbito da visão estratégica.

Afirmou que tomaram nota das intenções de investimento em áreas consideradas prioritárias no domínio da habitação e que é de assinalar as boas intenções como a da disponibilização de 1000 habitações a custos acessíveis até final do mandato. Porém, apenas encontram, na documentação disponibilizada, projetos que transitam de anos anteriores.

Salientou um conjunto de intenções louváveis a nível de mobilidade que, não sendo novidades retomam a vontade de articulação das linhas do Metro com o serviço indispensável dos SMTUC, entre outras medidas.

Referiu que subscrevem, no essencial, as intenções relativas à matéria educativa, mas que ficam sem saber prazos de concretização das medidas inscritas e que não está claro se o preconizado alargamento de acesso às creches e educação pré-escolar comportará um custo reduzido para as famílias ou se a sua frequência também será gratuita. O documento contém ambas as modalidades e não é claro se este serviço essencial para as famílias será assegurado na esfera pública ou se irá tratar-se de uma aquisição de serviços a operadores privados.

Constatou, relativamente aos SMUTUC, que há incapacidade de orçamentar despesa corrente para providenciar as necessidades previstas ao ponto de colocar em causa o funcionamento dos serviços no segundo semestre que mais do que procurar razões para o que aconteceu, exigem soluções que não foram apresentadas.

Intervenção da Deputada Municipal Maria João Paixão (BE)

Começou por abordar o tema da matéria ambiental dada a emergência dessa temática.

Identificou as GOP como falta de visão estratégica para adaptar a cidade a fenómenos climáticos extremos como aqueles que, certamente, se prevê que próximos tempos. Apontou a falta de medidas de implementação do Plano Municipal de Ação Climática.

Referiu, também, que a rearborização da cidade de Coimbra é uma questão polémica e que seria interessante considerar-se neste orçamento um projeto integrado.

Referiu também que o Orçamento se dedica muito especificamente ao edificado público, mas que não refere as situações indignas de vulnerabilidade energética das famílias que existem no concelho, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

isso, pediu à Câmara que se criasse um Gabinete de apoio que faça o mapeamento das famílias em situação de pobreza energética e que ajude as famílias a instruir as candidaturas aos financiamentos que estão disponíveis.

Relativamente à habitação, mencionou que o Orçamento e as GOP preveem 1000 habitações até 2029, no entanto, considera promessa vai ficar por cumprir porque a maior parte das medidas relativas à construção e à reabilitação de edificado já transitam do Executivo anterior e são em número muito inferior às 1000 habitações.

Intervenção da Deputada Municipal Catarina Gaveto (IL)

Referiu que, num ano em que as receitas de impostos diretos pesam os expressivos 67 milhões de euros nos cofres municipais o orçamento revela-se um exercício cinzento de manutenção e que é um documento que insiste em adiar Coimbra em vez de a projetar.

Mencionou que é incompreensível que, no momento de asfixia das famílias e de perda de poder de compra, o executivo não tenha a coragem política de abdicar da participação variável no IRS mesmo assumindo a dificuldade que cria à população.

Afirmou que, manter pressão fiscal faz com que o Município não seja facilitador. Coimbra não precisa de mais planos e de intenções que prometem o horizonte para as próximas décadas, mas sim, de gestão no imediato e celeridade dos processos.

Relativamente ao Metro Mondego, referiu que a solução é ineficiente e que obriga o cidadão a adaptar-se ao sistema quando devia ser o sistema a servir ao cidadão. Disse também, que é preciso uma unificação total e urgente, um sistema único rede integrada e planeamento conjunto.

Intervenção da Deputada Municipal Isabel Cruz (PS)

Referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano dos SMUTUC para 2026 devem ser analisados à luz das opções estratégicas para a mobilidade em Coimbra.

Reforçou que é importante clarificar alguns pontos relativos ao Orçamento, pois apesar deste Orçamento ser elaborado num contexto exigente, assegura o equilíbrio financeiro dos SMTUC, garante a continuidade de um serviço público essencial mantendo como prioridade a modernização do sistema de transportes e a transição para uma mobilidade mais sustentável.

Afirmou que o enquadramento orçamental resulta da opção estratégica da adesão ao cartão intermodal *Move*, que se trata de uma decisão política cujas vantagens são amplamente conhecidas, tais como, maior integração do sistema, maior simplicidade para os utilizadores e incentivo ao uso dos transportes públicos. Esta opção tem impacto na estrutura das receitas, mas representa um ganho evidente para mobilidade da cidade e da região.

Disse ainda que este orçamento foi construído com rigor, com prudência e que não foram consideradas as receitas resultantes da repartição da venda dos cartões intermodais cuja definição depende da AGIT.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Rodeiro (PSD)

Referiu que é inquestionável que os Presidentes de Junta de Freguesia que por disposição legal, integram a Assembleia Municipal, mais que os partidos políticos, coligações ou movimentos, representam os eleitores dos quais recolhem uma legitimidade acrescida e direta, portanto as tomadas de posição dos Presidentes de Junta de Freguesia na Assembleia devem pautar sobretudo pelo interesse que entendem, deve ser salvaguardado em benefício dos cidadãos que habitam na área geográfica da sua freguesia.

Afirmou que enquanto, o Presidente de Junta de Santo António dos Olivais, iria votar favoravelmente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026. Pois, os documentos submetidos a apreciação, nomeadamente, as GOPS e o Orçamento são o produto ainda do pensamento e da estratégia do anterior executivo refletindo por isso, desenvolvimento para Coimbra no ano de 2026.

Referiu o facto de as freguesias no seu conjunto serem contempladas com verbas que ascendem a 11.700.000 € um aumento de cerca de 17% relativamente ao orçamento de 2025. No que a freguesia de Santo António Dos Olivais diz respeito, estão assegurados para o ano 2026, com uma outra alteração, os valores das transferências ao abrigo quer dos contratos interadministrativos de delegação de competências quer dos autos de transferência de competências num valor que ultrapassa os 672.000 € não sendo este o valor ideal sequer o desejável considerando a área e a população da freguesia.

Terminou afirmando que voltará favoravelmente os documentos apreciados.

Intervenção da Deputada Municipal Paula Ferreira da Silva (CDS-PP)

Referiu que as GOP e Orçamento para 2026 devem ser analisados como instrumento estratégico para definir as prioridades políticas sociais e económicas do Município, pois refletem a visão do Executivo para o desenvolvimento do concelho, articulando investimentos, políticas públicas e opções de gestão financeira.

Mencionou que o documento das GOP contém intenções positivas e alinhadas com os desafios do concelho nomeadamente em áreas como a sustentabilidade urbana, a ação social e a valorização do património, mas que é fundamental garantir que o investimento previsto não compromete o futuro financeiro do Município, nem resulta num aumento, encapotado, da carga fiscal para as famílias e empresas.

Afirmou que falta uma estratégia mais clara de apoio ao comércio tradicional, às pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo local pois, Coimbra precisa de criar riqueza, fixar população ativa e atrair investimento.

Relativamente aos apoios na dinamização económica disse que, o incentivo anual desaparece, ao IPN ESA reduz de 270.000 para 76.500. O projeto Dinamizar a Baixa reduz 37.000 relativamente a 82.000 em 2025, no Tech Challenge reduz de 50.000 para cerca de 7.000.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reconheceu a gravidade do problema na habitação e alertou para a necessidade de soluções equilibradas que promovam acesso à habitação sem penalizar proprietários, afastar investimento ou criar injustiças.

Intervenção do Deputado Municipal João Pedrosa (CH)

Referiu que o Orçamento dos SMTUC não espelha as necessidades do serviço e mais grave ainda, o facto dos próprios serviços admitirem que as verbas inscritas apenas garantem o funcionamento da frota até ao final do primeiro semestre.

Neste sentido, questionou como pretendem os serviços fazer em julho se os SMTUC continuam reféns de uma dependência crónica da Câmara Municipal de cerca de 9.4 milhões de euros. Mais metade da receita corrente, 51.6%, não vem da venda de bilhetes ou da eficiência do serviço, mas sim, do bolso de todos os contribuintes.

Referiu que, o “subsídio” serve para esconder uma estrutura onde 76% da despesa corrente é absorvida por gastos com pessoal, totalizando mais de 13.3 milhões de euros, para apresentar um equilíbrio fictício.

Intervenção da Deputada Municipal Bertília Simão (CDS-PP)

Afirmou que iria estar de espírito construtivo contribuindo, acrescentando e participando de forma responsável nas decisões que moldam o futuro do Município.

Relativamente ao Orçamento e às GOP para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra e tendo em conta que trabalhou durante vários anos na área financeira do município, não poderia deixar de reconhecer, publicamente, o trabalho desenvolvido nesta área, mais concretamente no Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos.

Destacou a qualidade técnica do documento apresentado, a competência, o rigor e a dedicação da equipa que o construiu.

No que respeita às transferências para as freguesias referiu que as mesmas não foram reduzidas e que, conforme já havia sido assumido pela Presidente da Câmara, algumas componentes verão os seus valores aumentados pelo mínimo correspondente à taxa de inflação, com possibilidade de haver acréscimo das competências delegadas.

Por fim, referiu que ficou demonstrado na primeira reunião realizada entre a Senhora Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, que todos trabalhem para o mesmo sentido com o objetivo de desenvolver um excelente trabalho em benefício do concelho e, por isso, vota favoravelmente o orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 1/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria**, de 31 votos a favor (22-PS; 4-PSD; 2-L; 2-PAN; 1-CDS-PP), 6 votos contra (3-CH; 1-BE; 1 IL; 1- NC) e 14 abstenções (7-PSD; 2-CDS-PP; 2-CDU; 2-NC; 1-PPM), aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra, no total de 260.065.107 € no Orçamento da Receita e da Despesa, e as GOP no total de 183.182.291 €; aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia; aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA); aprovar a contratação de empréstimos a curto prazo para o ano de 2026; aprovar o Mapa de Pessoal para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 2/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, de 29 votos a favor (22-PS; 3-PSD; 2-L; 2-PAN), 6 votos contra (3-CH; 1-BE; 1 IL; 1- NC) e 16 abstenções (8-PSD; 3-CDS-PP; 2-CDU; 2- NC; 1-PPM), aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 dos Serviços Municipalizados Urbanos de Coimbra (SMTUC) e aprovar o respetivo Mapa de Pessoal para 2026.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

3. Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades – colocação de coberturas na EB Rainha Santa Isabel

Intervenção do Deputado Municipal Luis Correia (PSD)

Começou por dizer que se sente aliviado com o contrato interadministrativo que permite avançar com a colocação da cobertura na EB de Eiras, que, atualmente, está a funcionar, provisoriamente, nas instalações do Agrupamento de Escolas Rainha Santa.

Referiu que as crianças têm tido aulas e recreios sem condições mínimas.

Mostrou-se desagrado por esperar 6 meses por uma solução, não por culpa do Executivo, mas dos técnicos, pois deviam olhar para as Juntas de Freguesia como quem faz parte da solução e nunca parte do problema.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Marisa Azul (PAN)

Reconheceu a utilidade da intervenção para garantir condições de acolhimento, de segurança e de continuidade pedagógica durante as obras.

Referiu que o contrato interadministrativo que analisaram cumpre o enquadramento legal, no entanto, apresenta aspetos que se deviam corrigir antes da execução.

Apresentou algumas reservas que considerou importantes, nomeadamente, a vistoria e fiscalização por parte do Município, a transferência da verba, dependentemente da verificação da obra quando concluída, uma vez, que se está perante um contrato entre duas entidades públicas (o Município e a Junta de Freguesia). O que não resolve automaticamente a questão de responsabilidade, pois sendo a escola é um equipamento municipal, a responsabilidade civil final recai sempre sobre o Município independentemente de quem executa a obra.

Deliberação nº 3/2026

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o contrato interadministrativo com a União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, a fim de garantir a colocação e instalação de coberturas, na EB 2/3 Rainha Santa Isabel junto aos espaços de acolhimento dos alunos e crianças da EB Eiras.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4.Plano Municipal Para Integração de Migrantes

Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal

Informou que o Deputado Bruno Pedrosa, Presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social propôs a Assembleia Municipal baixar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes à respetiva Comissão, para reflexão e discussão, antes de ser votado na Assembleia. Significa que se houver acordo, a deliberação da Assembleia será adiada para a próxima Assembleia Municipal.

Deu a palavra ao senhor Deputado Bruno Pedrosa, para expor os seus motivos e questionou a Assembleia se está de acordo que se iniciem os trabalhos desta Comissão ou se a votação deve ser feita.

Intervenção do Deputado Municipal Bruno Pedrosa (L)

Saudou o trabalho feito pelos serviços da Câmara na elaboração do Plano. Por se tratar de um documento necessário, fundamentado e cuidadosamente preparado, que reconhece a diversidade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cidade e a responsabilidade municipal na integração plena de todas as pessoas que escolham Coimbra para viver.

Referiu que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes é essencial uma vez que, Coimbra tem uma presença significativa de população migrante, nomeadamente, estudantes internacionais e trabalhadores estrangeiros. No entanto, falta um instrumento estruturado de política pública local nesta área, por isso, é importante reconhecer este avanço e ao mesmo tempo

Considerou que o Plano representa uma oportunidade para a Assembleia Municipal, neste mandato, fazer diferente, dar relevância às comissões permanentes, ao seu trabalho e à sua capacidade de escrutínio construtivo.

Propôs que o ponto não fosse deliberado e que o documento fosse enviado à Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social para que fizesse de forma célere uma análise do plano e apresentação de um conjunto de recomendações antes da sua aprovação final.

Intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal

Referiu não se opor a que se baixe o ponto à Comissão e mostrou disponibilidade para acolher sugestões que, com certeza, torna o documento mais completo o que é essencial para se ter financiamento.

Referiu que o documento é fundamental no contexto socioeconómico em que vivemos, com maior presença de imigrantes e, por isso, maior necessidade de os integrar devidamente.

Retirado da Ordem de Trabalhos

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta do Deputado Bruno Pedrosa (Livre), deliberou, por maioria, de 43 votos a favor (21-PS; 10-PSD; 3- NC; 2-L; 2-PAN; 2-L; 1-BE; 1-IL; 1-PPM), 2 votos contra (2-CDS-PP) e 4 abstenções (3-CH; 1-CDS-PP), retirar o ponto da Ordem de Trabalhos para que seja previamente apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Humano e Social, a que o proponente preside.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Referiu que o Plano Municipal para a integração de Migrantes, baixar à Comissão. Informou o Presidente da Comissão que os trabalhos deverão decorrer com urgência, visto que, na próxima Assembleia Municipal será agendado para deliberação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5.Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização dos edifícios- sede e instalações desportivas da Casa do Pessoal do Centro Hospitalar de Coimbra.

Intervenção do Deputado Municipal Francisco Rodrigues (PSD)

Referiu que, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente por se tratar, de uma Associação sem fins lucrativos com uma história longa e relevante criada em 1975, desempenha um papel social cultural recreativo, com mais de 1200 associados, sendo maioritariamente profissionais de saúde e as suas famílias.

Referiu, ainda, que são infraestruturas existentes há décadas, utilizadas diariamente e que promovem bem-estar, lazer, coesão social e qualidade de vida cujo reconhecimento de interesse público vai permitir uma boa regularização administrativa, com ganhos claros para os utilizadores.

Intervenção do Deputado Municipal João Fontes da Costa (PAN):

Referiu que o PAN reconhece o interesse público desta regularização, no entanto, o ponto crítico será a conformidade com o PDM atual, pois, as intervenções que são posteriores a 2014 podem não cumprir com o índice de impermeabilização e condicionantes de áreas verdes de proteção. Ou seja, a Câmara aprovar, sem condicionamentos corre o risco de criar precedentes para outras regularizações em zonas verdes, fragilizando os instrumentos de planeamento.

Mencionou que as instalações estão situadas em áreas classificadas como áreas verdes de proteção e por esse motivo, terá algum risco ambiental. Caso a regularização permita impermeabilizações adicionais, ampliações que comprometam o ecossistema de gestão de águas pluviais.

Sugeriu que houvesse estudos de impacto paisagístico hidrológico e de arborização antes da aprovação final pois os limites de impermeabilização têm de ser vistos.

Referiu que estes pontos são fundamentais para aprovar a regularização que protege pessoas, espaço público e que não comprometa o ordenamento do território nem o ambiente.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (L)

Referiu que apoiam este reconhecimento, mas com as devidas cautelas como já tinha sido referido anteriormente pelo Deputado João Costa pois, nestas situações de equipamentos culturais e recreativos sem condições e sem legalização estão espalhados por todo o concelho.

Afirmou que seria bom fazer um levantamento, um estudo e implementar um apoio à regularização da situação destes centros culturais.

Disse, ainda, que o primeiro apoio deverá ser para Associações que gerem com muita dificuldade estes equipamentos, o que vai ao encontro uma das prioridades do programa Avançar Coimbra, que é levar a cultura e os grandes eventos a todas as povoações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

6. Ata nº 5 Ordinária /2025, de 22 de dezembro

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a Ata nº 5 Ordinária /2025, de 22 de dezembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção Presidente da Assembleia Municipal

Referiu que antes de encerrar a Sessão e na sequência do que tinha ficado acordado em Conferência de Líderes, sempre que fizer sentido haverá por parte dos representantes em órgãos externos neste caso o Deputado Luís Silva esteve na Assembleia Intermunicipal, no dia 19 de dezembro de 2025, irá transmitir o que foi discutido e decidido.

Intervenção do Deputado Luís Silva (PS)

Apelou a quem não puder estar presente assembleia Intermunicipal que se faça substituir para que Coimbra não fique sub-representada.

Referiu que o Secretário Jorge Brito foi reeleito com uma votação significativa, ainda que não unânime.

Referiu ainda que foi eleita uma nova Mesa para coordenar os trabalhos da Assembleia Intermunicipal da CIM.

Relativamente ao Orçamento, disse que é uma proposta, inferior aos anos anteriores. Isto acontece por haver um conjunto de formalidades com a transição de mandatos quer nas autarquias, quer na CIM, que não permitem, desde logo, a inscrição de algumas verbas. No entanto o Orçamento deverá ser revisto e, naturalmente, terá a dimensão esperada.

Intervenção da Presidente da Assembleia Municipal

Reiterou o pedido a todos os representantes na Assembleia Intermunicipal da CIM que se façam substituir sempre que não consigam estar presentes.

Assinadas e aprovadas as deliberações em minuta e sendo 18 horas, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.